

Hungria desafia o FMI

By [Jérôme Duval](#)

Global Research, February 07, 2011

[CADTM](#) 7 February 2011

A Hungria que assumiu durante seis meses a presidência da UE (União Europeia) a partir do dia 1 de Janeiro, sofre fortemente as consequências de uma crise financeira que não acaba. Apesar de não muito afastada dos objectivos de Maastricht em matéria de défice (3,8 em 2008), a Hungria tornou-se no primeiro país da União Europeia a obter o apoio financeiro da troika FMI, UE e Banco Mundial.

Em Outubro de 2008, é adoptado para a Hungria um plano de 20.000 milhões de euros: 12.300 milhões são emprestado pelo FMI; 6.500 pela União Europeia, e 1.000 pelo Banco Mundial. O valor da dívida aumenta automaticamente. Para além da perda irre recuperável de eficiência, devido ao pagamento dos juros, que engorda o défice, as condições são duras para a população; aumento do IVA em 5 pontos percentuais, hoje em dia a 25%; idade legal de reforma elevada para os 65 anos; congelamento por dois anos dos salários dos funcionários públicos; supressão de pagamento do trabalho extra aos reformados; diminuição da ajuda pública à agricultura e aos transportes públicos...

A extrema direita chega ao Parlamento

A Hungria governada pelos sociais-democratas, tinha conseguido salvaguardar um sistema social relativamente proteccionista, mas a aplicação das medidas de austeridade aconselhadas pelo FMI, desagradou aos cidadãos e beneficiou a direita conservadora, que ganhou as eleições em Abril de 2010. E isso apesar da vitória do novo primeiro ministro, Viktor Orban, ter sido imediatamente saudada pela agência de classificação de risco Fitch Ratings, que prevê que o seu partido o Fidesz, tendo obtido a maioria necessária para modificar a Constituição, “representa uma oportunidade para introduzir reformas estruturais [1].

Os sociais democratas conheceram, pois, uma derrota histórica e abriram caminho à extrema direita (Jobbik), chegada pela primeira vez ao Parlamento, com uma percentagem de 16,6%.

Ainda mal chegado à chefia do estado, o governo lança declarações alarmistas sobre a situação financeira do país acusando o governo anterior de ter subestimado a dívida o que teria levado ao défice real de 7,5 do PIB, bastante mais do que os 3,8 calculado pelo FMI. Golpe de teatro ou falsificação de contas? No dia seguinte, 5 de Junho uma onda de pânico provoca uma descida nas bolsas de valor de Londres, Paris, Budapeste... e o euro desvaloriza por se temerem dificuldades semelhantes às da Grécia. O governo, sob pressão tenta então fazer-se ouvir e multiplica os comunicados para acalmar, sem sucesso, os especuladores desenfreados.

Taxar o capital ou o trabalho?

A fim de reduzir o déficit para 3,8 do PIB em 2010 como reclama o FMI e a UE, o governo prepara-se para aplicar uma taxa temporária a todo o sector financeiro que irá cobrar 0,45 dos activos líquidos dos bancos (calculado não sobre os lucros mas sobre o volume global dos negócios), para taxar 5,25% das receitas fiscais das companhias de seguros e 5,6% das receitas fiscais de outras instituições financeiras (bolsa, agentes financeiros, gestores de fundos de investimento...). A Hungria aumenta a parada e eleva o valor relativamente ao que foi a aposta de Obama, que decidira aplicar aos bancos uma taxa de apenas 0,15%. Mas esta medida que deveria permitir arrecadar anualmente cerca de 650 milhões de euros durante dois anos (2010 e 2011) ou seja, cerca de 0,8% do PIB, segundo o governo, não agradou aos bancos, que estão a pressionar e a ameaçar retirar investimentos na Hungria. Quanto ao FMI, suspendeu todas as negociações e ameaça cortar a linha de crédito que tinha sido acordada em 2008. Ainda assim o plano que inicialmente estava previsto que iria expirar em Março foi prolongado até Outubro do mesmo ano.

É evidente que a taxa proposta para o sector financeiro, verdadeiro pomo da discórdia entre o FMI e a Hungria, está a impedir que o empréstimo se mantenha. O FMI acha que o país deve tomar medidas adequadas ao dogma neoliberal em curso, entenda-se por ele taxar os pobres antes de taxar os bancos: claro, os pobres têm pouco dinheiro mas há muitos pobres... Dão-se conta do cinismo de uma tal proposta?

Além disso, o projecto de colocar um tecto nas remunerações dos funcionários públicos, incluindo o salário do governador do Banco Central, está totalmente nos antípodas das recomendações do FMI, que prefere a nivelção por baixo, reduzindo ou congelando os salários, como na Grécia ou na Roménia, por exemplo. Por tudo isto, este é um alerta que não deve deixar ilusões, vindo de um partido no poder que favoreceu a penetração do neoliberalismo nos anos 90 ...

“Ok, a taxa sobre a banca ou a austeridade”

Christoph Rosenberg, que dirigia a delegação do FMI na Hungria, deu a entender que a organização internacional queria mais detalhes sobre o orçamento do próximo ano; “Na próxima vez que voltarmos, e a menos que isso aconteça já para a semana, o governo, deverá ter novidades sobre o orçamento de 2011 para apresentar e isso será muito importante, terá dito [2]. Uma vez mais o FMI se prepara para rever a proposta do governo e intervir directamente na elaboração do orçamento húngaro, com claro prejuízo para a soberania nacional. Enquanto espera, o FMI prevê que o país venha a ter que tomar “medidas suplementares” de austeridade para alcançar os objectivos do déficit que ele próprio fixou. Pela sua parte, o ministro de economia Gyorgy Matolcsy declara numa entrevista: “Já dissemos que não podemos criar mais medidas de rigor [...]. Há cinco anos que aplicamos medidas de austeridade, por isso estamos como estamos.”

“Vamos aplicar a taxa sobre a banca, sabemos que é uma carga suplementar pesada, mas também sabemos que podemos alcançar o déficit de 3,8%, “Ok, a taxa sobre a banca, ou a austeridade” acrescentou [3]. Para se proteger de uma extrema direita em plena ascensão nas próximas eleições municipais de Outubro, a direita no poder quer evitar medidas demasiado impopulares e recusa continuar as negociações com o FMI.

Ruptura consumada entre a Hungria e o FMI?

A 17 de Julho, o FMI suspendeu as negociações e, conseqüentemente, as remessas

adicionais ao contrato ao empréstimo. Num primeiro momento, a sanção dos mercados não se fez esperar e a moeda nacional, o forint, recuava até cerca de 2,4% na abertura, enquanto a bolsa perdia 4%. O primeiro ministro, Viktor Orban, toma a iniciativa e consegue a calmar as especulações, agradecendo ao FMI a sua “ajuda de três anos”, referindo que “o acordo de empréstimo expirava em Outubro e que portanto não havia nada para suspender” “Os bancos estão na origem da crise mundial, é normal que contribuam para o restabelecimento da situação”, assinalou [4].

A nova lei sobre taxa financeira também prevê uma redução de impostos para as pequenas e médias empresas (PME) de 16 para 10%, foi aprovada em votação de braço no ar (301 a favor e só 12 votos contra) a 22 de Julho no parlamento dominado pelo Fidesz de Orban. Sem surpresa, a partir do dia seguinte, as agências de classificação financeira, Moody’s e Standard & Poor’s colocam sob vigilância a qualificação da dívida soberana húngara com possível descida de escalão. Em pouco tempo, o papel destas agências, juízes e parte de um sistema especulativo mortífero, torna-se claro: melhora-se a nota com a subida ao poder do governo conservador que se pensa seguir a via da austeridade capitalista, e quando se dá conta que as medidas tomam um rumo divergente do dogma neoliberal, apressa-se a baixá-la.

O jornal “Le Monde” defende os credores

Contrariamente ao que afirma o diário “Le Monde” [5] na sua edição de 20 de Julho, deve apoiar-se a insubmissão húngara face ao FMI e defender a ideia de que faça o mesmo com o seu outro credor, a União Europeia. Distanciar-se dos seus credores não constitui em absoluto um insulto ao povo húngaro, que ainda vai ter no fim que saldar uma dívida cujas condições impostas pelo FMI e pela UE, são já uma pesada carga para a população.

Evidentemente, tem que se ir mais longe do que uma simples ruptura diplomática propondo, por exemplo uma frente de países unidos contra o pagamento da dívida, pois como tão bem disse Sankara, antigo presidente do Burkina Fasso, alguns meses antes de ser assassinado: “A dívida não pode ser paga porque em primeiro lugar se não pagarmos os nossos fiadores não vão morrer. Temos a certeza. Pelo contrário, se pagarmos, seremos nós quem vai morrer. Temos também a certeza. (...) Se for só o Burkina Fasso a recusar-se a pagar a dívida, eu não estarei aqui na próxima Conferência. Pelo contrário, com o apoio de todos, do que preciso, (aplausos) podemos evitar pagar. E evitando pagar poderemos aplicar os nossos magros recursos no nosso desenvolvimento [6].”

Só um movimento popular que exija a verdade sobre o destino dos montantes emprestados, desde que cumpram as exigências em termos de salário, de emprego ou de protecção social, permitirá fazer recair o custo da crise sobre os verdadeiros responsáveis por ela.

É por isso que é essencial para os povos da Europa e do resto do mundo, a auditoria das dívidas marcadas por ilegalidades, para repudiar o pagamento ilegal. É um primeiro passo para a soberania que iria permitir aplicar os vultuosos fundos dedicados ao reembolso da dívida às reais necessidades das pessoas em educação, saúde e pensões, para salvaguardar os seus serviços públicos, mais do oferecê-los às empresas privadas.

Artigo original : [Crise économique : La Hongrie défie le FMI](#)

Tradução de Natércia Coimbra para [Esquerda.net](#)

Notas

[1] Hungria: Fitch celebra le resultado electoral, *Le Figaro*, 26 avril 2010 : <http://www.lefigaro.fr/flash-eco/20...>

[2] <http://tempsreel.nouvelobs.com/actu...>

[3] <http://fr.reuters.com/article/frEur...>

[4] <http://www.lesechos.fr/info/inter/a...>

[5] M. Orban exhibe abiertamente una insultante desenvoltura hacia sus acreedores», *Le Monde*, 19 juillet 2010 <http://www.lemonde.fr/idees/article...>

[6] Discurso de Thomas Sankara en Addis-Abeba, le 29 Juillet 1987, uns meses antes da sua morte.

The original source of this article is [CADTM](#)
Copyright © [Jérôme Duval](#), [CADTM](#), 2011

[Comment on Global Research Articles on our Facebook page](#)

[Become a Member of Global Research](#)

Articles by: [Jérôme Duval](#)

About the author:

Jérôme Duval est membre du CADTM, Comité pour l'abolition des dettes illégitimes (www.cadtm.org) et de la PACD, la Plateforme d'Audit Citoyen de la Dette en Espagne (<http://auditoriaciudadana.net/>). Il est l'auteur avec Fátima Martín du livre *Construcción europea al servicio de los mercados financieros*, Icaria editorial 2016 et est également coauteur de l'ouvrage *La Dette ou la Vie*, (Aden-CADTM, 2011), livre collectif coordonné par Damien Millet et Eric Toussaint qui a reçu le Prix du livre politique à la Foire du livre politique de Liège en 2011.

Disclaimer: The contents of this article are of sole responsibility of the author(s). The Centre for Research on Globalization will not be responsible for any inaccurate or incorrect statement in this article. The Centre of Research on Globalization grants permission to cross-post Global Research articles on community internet sites as long the source and copyright are acknowledged together with a hyperlink to the original Global Research article. For publication of Global Research articles in print or other forms including commercial internet sites, contact: publications@globalresearch.ca

www.globalresearch.ca contains copyrighted material the use of which has not always been specifically authorized by the copyright owner. We are making such material available to our readers under the provisions of "fair use" in an effort to advance

a better understanding of political, economic and social issues. The material on this site is distributed without profit to those who have expressed a prior interest in receiving it for research and educational purposes. If you wish to use copyrighted material for purposes other than "fair use" you must request permission from the copyright owner.

For media inquiries: publications@globalresearch.ca